



**CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE
DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA
DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS**

Reconhecida pelo Decreto 79.090 de 04/01/1977
Rua Ricardo Marinho, 110 - São Geraldo - Pará de Minas - MG
CNPJ: 20.923.264/0001-24 - CEP: 35660-398 - Fone: (37)3237-2000
Mantida: Faculdade de Pará de Minas



PORTARIA 163/2016

Dispõe sobre a segunda oportunidade de avaliação, toma outras providências e revoga a Portaria n.º157.

O Diretor Geral da Faculdade de Pará de Minas – Fapam, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Geral, art.14, inc. XVIII;

RESOLVE: Ad referendum

Art. 1º - O prazo para requerimento de segunda chamada de avaliação é de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da aplicação da prova.

§ 1º - O aluno deverá preencher corretamente o Requerimento para solicitação de 2ª chamada, assinalando o pedido em local próprio e ainda indicando no campo que se destina às informações adicionais, qual (is) prova (s) será (ao) feita (s) em 2ª chamada e a data em que a (s) mesma (s) foi (ram) aplicada (s). Qualquer dúvida quanto ao preenchimento do referido requerimento, o (a) aluno (a) deve solicitar orientação ao Centro de Atendimento ao Acadêmico (CAA).

§ 2ª – O aluno do primeiro período, e tão somente do primeiro período, de todos os cursos da IES, que perder o prazo disposto no caput deste artigo, referente às avaliações da primeira etapa de avaliação do referido período, poderá apresentar junto ao CAA um requerimento pleiteando outro prazo, desde que apresente para tanto um dos motivos justos, com prova documental, dispostos no art. 2º desta Portaria.

§ 3º - O aluno que, por direito, pleitear outro prazo, conforme estabelecido no parágrafo anterior, será orientado pela Secretária Geral sobre as regras e normas estabelecidas na seção V do Regimento Interno da Faculdade de Pará de Minas, e assinará termo de compromisso, tomando ciência e se comprometendo com os cumprimentos dos prazos nas demais etapas de avaliação do primeiro período e dos demais períodos do curso.

§ 4º - O pleito de novo prazo só será concedido ao aluno matriculado no primeiro período de todos os cursos e somente na primeira etapa de avaliação do referido período. Para as avaliações da segunda etapa do primeiro período, bem como da primeira e segunda etapas dos demais períodos, prevalecerá o que determina o caput deste artigo.

§ 5º - Para terceira etapa de avaliação, poderá o discente requerer a segunda chamada da avaliação. Observando o que está determinado no §1º deste artigo.

Art. 2º - Considera-se motivo justo:

I – Luto (ascendente, descendente e cônjuge);

II – Todos os casos previstos no Decreto Lei 1044/69;

III – Acompanhamento no caso de internação, doença grave, cirurgia de pai, mãe, filhos e cônjuge;



**CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE
DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA
DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS**

Reconhecida pelo Decreto 79.090 de 04/01/1977
Rua Ricardo Marinho, 110 - São Geraldo - Pará de Minas - MG
CNPJ: 20.923.264/0001-24 - CEP: 35660-398 - Fone: (37)3237-2000
Mantida: Faculdade de Pará de Minas



IV – Trabalho.

Art. 3º - O requerimento para a 2ª chamada deverá ser acompanhado dos seguintes documentos, conforme os casos:

I – Atestado de óbito;

II – Atestado médico;

III – Atestado ou declaração do médico

IV - Por motivo, caso seja convocado pelo empregador para participar de cursos, treinamentos e reuniões, estes considerados somente os extraordinários, necessários ao seu desempenho na função exercida, o(a) aluno(a) deverá juntar ao requerimento comprovante de participação no referido treinamento ou reunião, no qual deve constar: objetivo, período (data) e carga horária da atividade;

V – Ausência ocasionada em decorrência de problema com transporte, devidamente comprovada:

- a) O (a) aluno (a) na situação supra citada deverá apresentar, na Secretaria, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a declaração do motorista do transporte.
- b) A declaração deverá conter o motivo do problema, data e assinatura de 02 (duas) testemunhas.
- c) Caso o (a) aluno (a) não esteja acompanhado (a), apresentar declaração de próprio punho, assumindo integralmente a veracidade dos fatos mencionados.

Parágrafo único – Qualquer outro fato que envolva o meio de transporte do aluno e que não tenha sido aqui previsto, do mesmo modo o aluno interessado deverá solicitar 2ª chamada de prova, indicando no campo destinado às informações adicionais, além do previsto no parágrafo primeiro do artigo 1º desta Portaria, os motivos do seu pedido, de forma clara e objetiva. Neste caso, embora não previsto, a representação do aluno será analisada pela Diretoria, podendo ser deferida ou não.

Art. 4º - Estando o (a) aluno (a) presente em sala de aula, no dia da aplicação da prova e deixando de fazê-la, só poderá requerer segunda chamada se comprovada pelo professor e colegas da turma, a impossibilidade.

§ 1º - O professor responsável deverá, imediatamente, solicitar a presença da Secretária Geral da IES, que lavrará ata do ocorrido. Neste caso, o (a) aluno (a) não fica isento do cumprimento do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para solicitar a segunda chamada, devendo, do mesmo modo, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, comparecer à Secretaria ou se fazer representar via procurador para requerer a segunda chamada.

§ 2º - No dia da aplicação de qualquer prova, estando o (a) aluno (a) presente na Faculdade, ou tendo sido visto nas dependências da mesma, o que poderá ser comprovado via testemunha(s), e não comparecendo à sala na qual está sendo aplicada ou será aplicada a prova, deverá agir com cautela, objetivando assegurar seus direitos. Para tanto, e se pretender usufruir o direito assegurado por esta Portaria, por se enquadrar no artigo 4º da mesma (não



**CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE
DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA
DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS**

Reconhecida pelo Decreto 79.090 de 04/01/1977
Rua Ricardo Marinho, 110 - São Geraldo - Pará de Minas - MG
CNPJ: 20.923.264/0001-24 - CEP: 35660-398 - Fone: (37)3237-2000
Mantida: Faculdade de Pará de Minas



ter condições de fazer a prova), deverá procurar a Secretaria e informar que, embora esteja presente na Faculdade e não em sala de aula, deseja que sejam tomadas as devidas providências, no sentido de se fazer uma ata na própria Secretaria, o que deve ser feito na presença: do(a) secretário(a), do coordenador do curso, se presente, ou do seu adjunto e um professor, com narração dos motivos alegados pelo aluno. A secretária responsável pelo atendimento do aluno, no caso, tomará as devidas providências para convocar as testemunhas necessárias ao ato. Também neste caso, o aluno não ficará isento do cumprimento do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da aplicação da prova, para requerer 2ª chamada, que poderá ser feita, inclusive por procurador, conforme o artigo seguinte.

Art. 5º - Na impossibilidade de comparecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para proceder à protocolização do requerimento, o (a) aluno (a) deverá se fazer representar por seu procurador, o qual deverá proceder conforme artigo 1º, §1º desta Portaria.

Art.6º - Para todos os casos de segunda chamada, autorizados por esta Portaria, sem exceção, deverá ser obrigatoriamente elaborada nova avaliação pelo professor e, a data e horário da aplicação da referida prova será marcada pelo CAA.

Parágrafo Único – Os alunos requerentes deverão se dirigir ao CAA 48(quarenta e oito) horas antes do início do período de aplicação da 2.ª chamada, previsto no calendário acadêmico, a fim de se informarem da decisão institucional referente ao pedido de nova aplicação de prova, bem como dos dias e horários em que farão as provas que lhe tenham sido autorizado fazer. tendo ciência desde logo que qualquer que seja a prova de 2.ª chamada a lhe ser aplicada, será feita sem qualquer tipo de consulta.

Art. 7º - O professor será informado pelo CAA de prova de 2.ª chamada de sua disciplina, para que elabore outra avaliação, a ser aplicada em data e horário designados pelo mencionado setor.

Parágrafo Único: As provas de 2.ª chamada deverão ser elaboradas pelo professor para que sejam respondidas pelo aluno sem qualquer consulta.

Art.8.º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Pará de Minas, 02 de março de 2016.

RUPERTO BENJAMIN CABANELLAS VEGA
Diretor Geral